

O NOSSO PROBLEMA É OUTRO: DISCUSSÕES SOBRE NEOLIBERALISMO, MULHERES E SUL GLOBAL¹

OUR PROBLEM IS ANOTHER: DISCUSSIONS ON NEOLIBERALISM, WOMEN AND GLOBAL SOUTH

Amanda Caroline Generoso Meneguetti²

Ronaldo Silva³

Resumo

O presente artigo, adentrando a filosofia jurídica, propõe-se a analisar de que forma o capitalismo e o discurso neoliberal impactaram em nossa formação geocultural e política enquanto latinos e latinas, envoltos em um cenário de racismo, escravidão, subalternidade e misoginia, bem como a implicação dessas questões em dias atuais com relação à preformação da figura de mulher “empoderada”. Com base nesse problema, buscou-se, primeiramente, (a) relacionar o capitalismo com a subalternidade, buscando entender a conexão umbilical que há entre a ascensão do capitalismo e a exploração de povos do sul global; ainda, (b) entender a disparidade entre o discurso feminista branco do norte global, no que tange a suas preocupações e sua tendência em falar em nome de “todas”, e a realidade de mulheres não-brancas e pobres que possuem vivências e problemas próprios e distintos; por fim, (c) salientar a realidade das mulheres brasileiras com o fim de demonstrar como, ainda hoje, reproduzimos um padrão racial e de gênero quanto aos corpos a serem usados e precarizados. Para realizar tal estudo, foram utilizados os métodos de abordagem dedutiva, e de procedimento a análise bibliográfica – para os objetivos “a”, “b” e “c” – e, ainda, a consulta de dados estatísticos para o objetivo “c”. Em conclusão, deduz-se que, enquanto mulheres latinas, o capitalismo e o neoliberalismo possuem peso e características diversas daquelas de países colonizadores e que, assim sendo, nossos problemas não são os mesmos do norte global, devendo ser estudados, analisados e compreendidos levando em consideração tais impasses.

Palavras-chave

Mulheres. Neoliberalismo. Sul global. Gênero.

Abstract

This article, entering the legal philosophy, it aims to analyze how capitalism and neoliberal discourse have impacted on our geocultural and political formation while Latinos, wrapped in a scenario of racism, slavery, subalternity and misogyny, as well as the implication of these issues today in relation to the preformation of the figure of a "empowered" woman. Based on this problem, we first sought to (a) relate capitalism to subalternity, seeking to understand the umbilical connection between the rise of capitalism and the exploitation of peoples of the global South; (b) understand the disparity between the white feminist discourse of the global North, with regard to their concerns and their tendency to speak on behalf of "all", and the reality of non-white and poor women who have their own and distinct experiences and problems; finally, (c) to highlight the reality of Brazilian women in order to demonstrate how, even today, we reproduce a racial and gender pattern as to the bodies to be used and precarious. To carry out this study, the methods of deductive approach and procedure were used for bibliographic analysis – for objectives "a", "b" and "c" – and, furthermore, the consultation of statistical data for the objective "c". In conclusion, it is inferred that, as Latin women,

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Direitos Humanos e Democracia pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista Capes/PROEX. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos da Constituição (CCONS/UFPR). E-mail: amanddameneguetti@gmail.com

³ Doutorando em Direitos Humanos e Democracia pelo PPG de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bolsista Capes-PROEX. Mestre pelo PPG Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisador-associado ao Centro de Estudos da Constituição – (CCONS-UFPR). E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

capitalism and neoliberalism have different weights and characteristics from those of colonizing countries, and that therefore our problems are not the same as in the global North should be studied, analyzed and understood taking into account such impasses.

Keywords

Women. Neoliberalism. Global South. Gender.

1. INTRODUÇÃO

O cenário geopolítico que compreende a América Latina, sua formação e seu desenvolvimento, bem como de sua gente, possui elementos específicos que refletem um contexto diametralmente diferente daquele experienciado pelos povos europeus, uma vez imerso em acontecimentos que nos marcaram enquanto sujeitos e sujeitas formados por “nós histórico-estruturais heterogêneos” (MIGNOLO, 2016). Este nós-histórico demarca uma série de diferenciações estruturais entre o sujeito colonizado e o colonizador, como as questões de racismo, a escravidão, as questões raciais e de gênero, as questões de classe bem como o esgotamento dos recursos humanos e naturais, a pobreza, a desigualdade formal e material, a misoginia e de tantos outros atravessamentos estruturais.

Ao tratar da América Latina e sua relação com a precariedade, abre-se um leque de infinitas possibilidades para a discussão; entretanto, aqui o que se pretende é trabalhar com a relação do capitalismo para com a formação social, histórica e econômica latina e, em especial, a brasileira, salientando o seu impacto na imagem e condição das mulheres que nesse contexto se encontram, partindo das teorias decoloniais.

Nesse sentido, o que se busca problematizar é precisamente o papel do capitalismo e o impacto de sua racionalidade neoliberal na formação subalternizada da mulher brasileira que procura performar um ideal branco, burguês e hegemônico de empoderamento feminino advindo do feminismo norte global e, assim, demonstrar o quanto ainda estamos longe dessa realidade que não nos contempla.

Dessa forma, o tema foi dividido em três etapas, sendo a primeira delas destinada a entender a relação do capitalismo com a subalternidade, perpassando questões relacionadas à racialidade, à escravidão e à ausência de uma mudança estrutural na forma como nos vemos, somos vistos e nos relacionamos enquanto latinos e brasileiros.

Em um segundo momento, procura-se discutir acerca da posição da mulher branca do norte global que, por meio de um discurso “feminista”, busca englobar todas as outras mulheres, essas que possuem suas próprias experiências, dentro de uma só figura progressista com demandas que dizem respeito a uma realidade euro-americana; uma posição, portanto, paternalista, condescendente e “salvadora” relativamente às mulheres do sul global.

Por fim, busca-se compreender o contraste de contextos entre o discurso branco, neoliberal e “empoderado” que, no mais das vezes, serve às mulheres brancas (ou pelo menos lidas enquanto tal no cenário latino), e a real vivência de mulheres que ainda seguem subalternizadas e exploradas pela lógica capitalista e neoliberal, em geral, mulheres não-brancas e pobres. Tendo tais objetivos em vista, utilizou-se o método de abordagem indutivo, e ainda, os métodos de procedimento bibliográfico e documental, trazendo autores como Aníbal Quijano, Susana Castro, Gayatri Chakravorty Spivak, Lélia Gonzalez, entre outros, no intuito de lançar luz à realidade singular das mulheres do sul global.

2. CAPITALISMO E SUBALTERNIDADE

Falar sobre o capitalismo em sua intersecção com a subalternidade não diz respeito apenas à análise de um presente marcado pela precariedade e mercantilização da vida de pessoas que habitam e provém de espaços historicamente colonizados, os quais, há poucas décadas, eram designados pela geopolítica como “terceiro mundo”; significa, também, dizer acerca dos acontecimentos que nos colocaram nessa posição de subalternidade, além de buscar entender que o capitalismo, como o entendemos hoje, não emergiria sem estar umbilicalmente atrelado às formas de exploração coloniais.

Nesse sentido, é necessário entender, primeiramente, a base histórica e política desse sistema econômico, para que, estabelecidos os fundamentos teóricos e práticos, possamos entender como ele nos atravessa, de que forma nos moldou enquanto povo e quais as feridas mal cicatrizadas que ainda carregamos.

Para tanto, é indispensável aqui utilizar a noção foucaultiana de “acontecimento”, ou seja, não simplesmente buscar uma “origem” ou uma verdade sobre um fato, mas, antes, perceber as condições reais que determinaram seu surgimento - por exemplo, as práticas e relações de poder inerentes -, sem as quais ele não subsistiria (FONSECA, 2012).

2.1 Capital e racialidade

Os primeiros passos do capitalismo enquanto sistema econômico, ou seja, em sua fase primitiva, está permeada de questões políticas, geográficas, comunitárias e religiosas pertencentes à realidade europeia (FEDERICI, 2017); esses pontos, atrelados com a mudança de mentalidade e com a acumulação de recursos e bens, iniciou o esboço de uma lógica de controle do trabalho e do capital, dando à Europa destaque como centro do comércio mundial.

Entretanto, tais condições não explicam, por completo, de que modo a Europa transformou-se em uma potência global, como estudamos nos livros de História. Ao contrário, as explorações, retiradas de recursos naturais e a precarização dos povos colonizados concederam aos europeus e aos brancos uma posição privilegiada, e, ainda, mesmo fora da Europa, o trabalho que possuía rendimentos concentrava-se quase que exclusivamente entre aqueles lidos enquanto brancos (QUIJANO, 2005).

Assim, a racialidade delimita as condições e as possibilidades de vida em um mundo estratificado. Nos dizeres de Aníbal Quijano (2005, p.117) “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”; desse modo, toda formação discursiva e estrutural entre Europa e América está ligada às questões de raça e subalternidade. Por conseguinte, as diferenças biológicas entre colonizadores e colonizados, identidades que até aquele momento eram originárias, foram utilizadas de maneira hierárquica e como base argumentativa e estratégica para justificar a exploração e a dominação dos primeiros sobre os últimos.

Portanto, associando uma suposta superioridade europeia com as noções de humanidade e civilidade, passou-se, então, a relacionar o não-europeu e não-branco à animalidade, à subordinação e, portanto, sendo passíveis de serem forçados a trabalhos esgotantes; assim ocorreu com os indígenas em terras brasileiras, uma vez reduzidos à mão de obra descartável, trabalhavam até a exaustão e a morte, pois eram vistos como uma raça inferior (SAID, 2007).

A partir da redução desenfreada do número de povos indígenas, causada por doenças trazidas pelos europeus, pela violência e crueldade da submissão, mas, principalmente, pelos trabalhos impostos, modificou-se a forma de relação daqueles com os colonizadores, deslocando-se de uma situação de completa dominação de sua força de trabalho para uma situação de servidão,

mas nem por isso menos subjugante e nem de longe comparável à servidão europeia, que possuía relações de proteção, posse e cultivo de terras (QUIJANO, 2005).

Paralelamente, iniciava-se o comércio de pessoas negras escravizadas, trazidas pelas rotas de tráfico, para complementarem a mão de obra indígena, não totalmente excluída da prática servil; com a introdução acentuada de pessoas escravizadas, quase todo o trabalho não-remunerado foi atribuído a elas, que operavam especialmente nas plantações e eram obrigadas a trabalharem em condições sub-humanas, plantando e colhendo em ritmo e quantidade “desejados” pelos senhores, sob pena de castigos físicos e sexuais.

Os lucros da escravidão não eram sentidos apenas em território nacional, mas também impactavam o comércio exterior, o qual era consumidor de bens, recursos e produtos que advinham do trabalho de pessoas negras e indígenas, a baixo custo, sendo revendidos em terras europeias a preços mais altos, colaborando para a acumulação de homens brancos e proprietários, bem como para fortalecimento do capitalismo. Declara Silvia Federici (2017, p.207) que “o capitalismo não poderia sequer ter decolado sem a “anexação da América” e sem o “sangue e suor” que durante dois séculos fluíram das plantations para a Europa”. Nesse sentido, percebe-se que a história do capitalismo pode ser contada, inegavelmente, através da história da escravidão.

É verdade que os primeiros passos em direção à exploração de força-trabalho e à acumulação de bens e capital se deu antes da invenção de uma “América”; porém, só a partir dessa que o capital tornou-se mundialmente predominante e designou as formas de articulação e relacionamento entre países dominantes e subalternos; assim, expansão de mercado, controle da mão de obra e da produção estão diretamente relacionadas com uma divisão geopolítica do trabalho que foi pautada em questões de racialidade e escravidão pela suposta “inferioridade” de povos colonizados (QUIJANO, 2005).

Durante esse processo de exploração, violência e subalternização, iniciou-se também um outro: o de estratificação do trabalho e da definição de uma identidade sul global precarizada. Nesse sentido, relata Aníbal Quijano (2005, p.121):

“No processo que levou a esse resultado, os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais.”

Logo, estabeleceu-se um novo meio de captação de riquezas e a conseqüente distribuição de desigualdade que afetou e ainda afeta a forma como nos relacionamos, como consumimos, como vivemos, como vemos e somos vistos, isso séculos depois, em um mundo globalizado, que, em que pese as novas tecnologias, continua atrelado a formas de exploração que subjugam e deterioram corpos específicos, quais sejam, os corpos femininos ou feminilizados, corpos pretos, corpos indígenas, corpos pobres e subalternizados.

À vista disso, seria ingênuo crer que a história da escravidão, do racismo, da misoginia e do capitalismo tratam-se de questões passadas, ao contrário, são histórias correlacionadas atuais e cíclicas, já que o capitalismo, quando ameaçado em sua sustentação, promove sempre uma nova “acumulação primitiva”, ou seja, desencadeia novas formas de colonização e escravidão em grande escala (FEDERICI, 2017).

Esses novos e modernos processos de precarização e esgotamento de recursos, materiais e humanos, impactam profundamente na vida das mulheres através do encantador discurso meritocrático e “empoderador” que nos diz sobre liberdade, mas, em realidade, promove o

aprisionamento dos mesmos corpos colonizados de outrora; esse é um assunto que será abordado em momento oportuno.

2.2 O poder que atravessa o atlântico

Para que possamos entender as consequências do movimento político e econômico que se iniciou com o capitalismo e que deixou marcas na identidade e subjetividade latino-americana, precisamos ter em mente que, em que pese nos ensinam nos bancos escolares que o período do Brasil colonial encerrou-se no século XIX, nós ainda carregamos viva a herança deixada pela precariedade e pela violência históricas.

A narrativa central que é contada nos livros de História é que, às margens de um rio, Dom Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822, teria declarado a Independência do país em relação a Portugal com um grito de “independência ou morte” (ainda que historicamente contestável), sendo, em momento posterior, coroado como Imperador do Brasil.

A questão que devemos nos atentar é que, apesar do ato, não houve qualquer mudança real nas condições de vida das pessoas que até aquele momento foram utilizadas como mão de obra barata e descartável. Nos dizeres de Rita Laura Segato (2016, p.24):

“[...] el gobierno, ahora situado geográficamente próximo, se estableció para heredar los territorios, bienes y poblaciones antes en poder de la administración ultramarina. Las así llamadas independencias no fueron otra cosa que el repase de esos bienes de allá para acá, pero un aspecto fundamental permaneció: el carácter o sentimiento siempre exterior de los administradores con relación a lo administrado.”⁴

Não houve, portanto, uma quebra para com o pacto colonial e europeu, nem mesmo uma ruptura nas formas de pensar, social, política e juridicamente; o poder econômico, de igual maneira, foi apenas transportado de um lado a outro do Atlântico.

Buscando equiparar-se em poder e capital com relação aos brancos europeus e americanos, os senhores de escravos do Brasil acreditavam estarem em uma suposta superioridade análoga, uma vez dominados pelas lentes da colonialidade e exploração. No entanto, indo na contra-mão dos seus pares do norte global, que procuraram ‘modernizar-se’, abolindo a escravidão e investindo no mercado industrial, os homens brasileiros proprietários relutaram em aceitar o fim da escravatura, e quando o fizeram (obrigados), não empregaram os ex-cativos, mas sim os trabalhadores imigrantes que vieram predominantemente da Europa e Ásia (QUIJANO, 2005); Aníbal os qualificou como “sócios menores da burguesia europeia” (op. cit., p.135).

Assim sendo, nunca tivemos em pauta um projeto de nação que incluísse o povo e que respeitasse e reconhecesse os corpos negros, indígenas, femininos e pobres enquanto humanos; não havia um interesse social enquanto sociedade, apenas o exercício de poder sob os corpos subalternizados e o desprezo de uma identidade, “não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional” (op. cit., p.7).

E nesse sentido, continuamos a prosseguir pelo caminho da colonialidade dos corpos e do poder, percebendo-nos em meio a novas tecnologias de dominação, agora sob a roupagem do

⁴ “[...] o governo, agora situado próximo geograficamente, estabeleceu-se para herdar os territórios, bens e populações antes em poder da administração ultramar. Assim chamadas independências não foram outra coisa senão o repasse desses bens de lá para cá, mas um aspecto fundamental permaneceu: o caráter ou sentimento sempre exterior dos administradores com relação aos administrados”. Tradução livre.

neoliberalismo, que sempre dá novos ares a velhas práticas que advém da exploração, do racismo e da escravidão; os trapos que eram destinados à vestimenta das mulheres negras escravizadas, foram trocados pelo uniforme branco da babá ou ainda pelo avental da cozinheira ou da faxineira, mas o corpo negro que o veste permanece o mesmo.

É estarrecedor notar que, passados quase 200 anos de nossa suposta independência, seguimos sendo precarizados e explorados, sem uma individualidade que nos reconheça enquanto um Estado-nação pleno, independente e soberano, mas apenas parte de um capitalismo que nos convence, a partir de um discurso meritocrático, que a precarização do trabalho é natural e que, quanto mais dominados somos, mais felizes seremos.

As mulheres, nesse sentido, são especialmente captadas dentro de uma racionalidade neoliberal meritocrática, seduzidas pelo ideal de “mulher empoderada” do feminismo branco norte global, sem se darem conta de que ainda permanecem amarradas a uma realidade subalterna e que, no mais das vezes, também contribuem com a manutenção dos grilhões de outras mulheres, como se verá nos itens seguintes.

3. FEMINISMO BRANCO DO NORTE GLOBAL

Iniciamos esse item tomando uma pergunta feita por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), qual seja, “pode o subalterno falar?”⁵; com esse questionamento a autora abre a discussão acerca do projeto de constituir o sujeito colonial enquanto o Outro, que possui uma subjetividade apenas em termos precarizados, inclusive, tecendo críticas a Michel Foucault, quando este teoriza sobre violência epistêmica, indagando se essa revisão não poderia ser apenas mais “uma parte da narrativa da história na Europa” (SPIVAK, 2010, p.47).

Dessa forma, questiona-se se o subalterno, e em especial, a mulher subalterna, possui condições efetivas de falar, considerando as violências histórica, racial, colonial, de gênero, além da epistêmica, que a atravessa.

Isso porque, a produção dita científica e secularmente reconhecida enquanto tal, diz respeito quase exclusivamente à produção europeia e estadunidense, com ênfase na produção encabeçada por homens brancos. No entanto, essa realidade vem se alterando há poucas décadas, ainda que não tenha representado um avanço para todas, já que se substitui o “homem universal” da ciência, pela “mulher universal”, branca, cisgênero, economicamente abastada e proveniente do norte global, especialmente com relação à produção de teorias de gênero e sexualidade.

Ao teorizar sobre feminismo e demanda de direitos das mulheres, as autoras brancas do norte global acabam, por vezes, colocando em cena as manifestações de ser e de sentir, bem como os problemas de uma realidade que está longe de ser a realidade de mulheres diversas do sul global. Audre Lorde, autora negra estadunidense, ainda que com seu “privilegio” de mulher do Norte, nos traz um exemplo da diferença nítida entre as experiências de mulheres quando vistas a partir da lente da racialidade:

“Compartilhamos alguns problemas como mulheres, outros não. Vocês [mulheres brancas] temem que seus filhos cresçam e se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês, nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de um carro e assassinados com

⁵ Ressalto aqui a dicotomia genericada do idioma português e sua sexista forma de englobar e ler o sujeito como masculino. Em sua versão original, o texto de Spivak não esboça um gênero em específico (*Can the Subaltern Speak?*), porém, em sua tradução brasileira, foi nomeado o gênero “dominante”, ainda que umas das principais preocupações da autora seja justamente falar da condição da mulher subalterna.

um tiro no meio da rua, e que vocês darão as costas às razões pelas quais eles estão morrendo.” (2019, online).

Desde logo pode-se perceber, portanto, que a forma como nos colocamos no mundo e ainda a forma que o outro nos vê, esse encontro com a alteridade, no mais das vezes reproduz os mesmos obstáculos de raça, gênero, classe e sexualidade que buscamos romper, já que, enquanto mulheres do sul global, e mais especificamente, enquanto mulheres latinas, somos sempre dispostas em um lugar de subalternidade, quando o assunto é produzir ciência e escancarar as mazelas do racismo e da colonialidade.

Desse modo, ao assumirem a posição de porta-vozes de um discurso feminista ou de “liberação das mulheres”, mulheres brancas do Norte hegemônico colocam-se não só em uma posição condescendente, mas também de salvadoras de mulheres oprimidas do Sul, autorizadas, por consequência, a falarem em “nome das mulheres”, em um claro exercício de colonização discursiva (CASTRO, 2020).

Desconsideram, em prol de uma qualificação em comum, que todo o conhecimento é situado a partir de uma episteme própria e local, e passam a acreditar mesmo que estão “protegendo” suas “irmãs” de um patriarcado primitivo característico de sua região economicamente subdesenvolvida (CASTRO, 2020). Nesse sentido, podemos parafrasear a expressão de Spivak de que “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (2010, p.118 e 119), e dizer realmente de que “mulheres brancas feministas estão salvando mulheres latinas e de pele escura de homens latinos e de pele escura”.

Em vista disso, podemos identificar que não só a colonialidade se faz presente, como também o racismo e seus efeitos de precarização e subalternização sobre os corpos femininos latino-americanos; Grada Kilomba (2019, p.224) nos diz que:

“[...] o racismo cotidiano estabelece uma dinâmica semelhante ao próprio colonialismo: uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada em fantasias brancas do que ela deveria ser.”

Assim, ocorre que não apenas não somos ouvidas, como também a voz que ecoa nos espaços intelectualizados é de um feminismo que não nos contempla, mas que possui um discurso suficientemente sedutor para ouvidos mais desatentos, e que, por vezes, captura-nos na ideia de que somos todas iguais e que a verdadeira emancipação está cunhada sob frases de efeito como “meu corpo, minhas regras”, “lugar de mulher é onde ela quiser”, “mulher empoderada”, entre outros.

Tais frases estão evidentemente baseadas em uma lógica de governamentalidade neoliberal que as capturou do feminismo branco burguês, que regula não apenas o controle do corpo feminino, mas também instala uma mentalidade econômica própria, colocando as mulheres enquanto “empresárias de si mesmas”, detentoras de um poder fictício no qual há uma falsa percepção de escolha e de liberdade, que induz, em uma hipótese de “fracasso”, a conclusão equivocada de que este decorreu da condição individual ou psicológica da mulher e não de uma condição política sistêmica (OKSALA, 2019). Nesse sentido:

“O problema óbvio com esse foco excessivo na escolha é que as mulheres não podem escolher o poder do mesmo modo como podem escolher entre diferentes vestidos de casamento. As mulheres têm de fazer suas escolhas em uma rede de relações de poder altamente desigual, que não apenas restringe suas possibilidades e opções, mas constrói suas próprias subjetividades.” (OKSALA, 2019, p.135).

Não se refuta de forma alguma à ideia que de as opressões de gênero devem deixar de ser uma realidade e de que as mulheres devem ter acesso à livres condições de existência; porém, seria ingênuo imaginar que em um contexto de latinidade como o brasileiro, permeado de questões sociais, econômicas, sexistas, raciais, etc., poderíamos solucionar problemas nossos com uma receita eminentemente branca e europeia. De um outro lado, não podemos remeter a uma busca da “essência” latina e brasileira que estão ancoradas em uma tradição e origem longínquas (SPIVAK, 2010), mas sim à construção de um falar por nós mesmas, distante de uma “racionalidade” feminista branca euro-americana.

4. AS MULHERES SUBALTERNIZADAS E O DISCURSO QUE NÃO NOS AGREGA

Salientou-se em itens precedentes a íntima relação entre a fortificação do sistema capitalista com a máxima exploração da mão de obra escrava em território brasileiro e a consequente concentração de bens, propriedades e poder mandante nas mãos de poucas famílias chefiadas por homens brancos, que não fizeram nada além de simplesmente transpor o poder colonial de um lado a outro do oceano Atlântico.

Diante das condições históricas, culturais, sociais, econômicas, geográficas, raciais e de gênero, as pautas levantadas por um feminismo branco euro-americano não contemplam a vivência das mulheres latinas e brasileiras, uma vez baseadas em experiências estranhas à nossa realidade e em uma lógica neoliberal de exploração e precarização, bem como em uma busca por um “modelo” de mulher moderna que não nos diz respeito enquanto subalternizadas. No item presente, busca-se contrastar, de modo mais específico, o discurso neoliberal com a vida prática das mulheres brasileiras e entender as armadilhas escondidas por detrás do discurso do empoderamento.

O neoliberalismo aparece, assim, como duas faces da mesma moeda; de um lado, percebe-se a constante expropriação, com a precarização do trabalho (em especial, o feminino), enfraquecimento de sindicatos e de direitos trabalhistas, o crescimento de pessoas endividadas, a feminização da pobreza⁶, o corte em programas de desenvolvimento social (assistência econômica, de moradia, etc), privatizações, e mais; de outro lado, o neoliberalismo se apresenta também como o rosto da “diversidade” através de um discurso de inclusão de pessoas pretas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTIA+, mas que, em realidade, insere tais grupos em uma racionalidade de mercado, seja enquanto mão de obra barata ou enquanto consumidores rentáveis. Manifesta-se, portanto, o neoliberalismo “com rosto humano” e baseado em “direitos humanos e no livre mercado” (MARQUES, 2020, online).

Nesse sentido, Fraser (2020) nos atenta para o fato de que não há uma real modificação da estrutura neoliberal e capitalista, que continua sendo branca, cisgênera, masculina, misógina, lgbtfóbica, racista e elitizada, ou seja, há, na verdade, um fomento da meritocracia e da hierarquização social e não a sua abolição; dessa forma, a preocupação é “diversificar” o centro do poder permitindo que poucos e determinados corpos negros, femininos e de outras minorias tenham o mínimo de acesso a posições de destaque ao mesmo tempo que se mantém a grande maioria desses corpos, potencialmente disformes com o sistema, do lado de fora; e, sabemos, o

⁶ Algumas definições possíveis do que seria a feminização da pobreza, em termos simples, perpassa a noção da “elevação da proporção de mulheres entre os pobres ou elevação da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulher entre os pobres”, levando em consideração características populacionais. (ver COSTA, Joana S.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2021).

“fora” do capitalismo significa exclusão, apropriação, subalternidade e vida precária. Nessa perspectiva, Nancy (2020, online) nos diz:

“A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para uma ordem “mais justa” não visava abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderar” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo.”

Assim sendo, muda-se muito pouco a situação geral, mas o suficiente para que o discurso de “liberdade” e merecimento encontre terreno fértil nos pensamentos individualistas de nosso tempo. Enquanto temos indivíduos que “representam” os grupos minoritários, em tese, “merecedores” de tal prestígio, todos os outros que não estão nesta posição “superior” continuam vítimas de uma exploração que nos consome. Beneficia-se, portanto, apenas aqueles que já possuem determinadas condições de privilégio, assim:

“Focados em “fazer acontecer” e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários [do programa neoliberal] só poderiam ser aqueles que já possuísem o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros continuariam presos no porão.” (FRASER, 2020, online).

Entre os dois lados da moeda comentadas anteriormente, temos que, para a maioria da população, o que resta não é o lado da diversidade e do sucesso, mas sim o da exploração e vulnerabilidade. Em termos de gênero, as mulheres brancas (ou pelo menos, lidas enquanto tal no cenário latino) beneficiam-se muito mais de um discurso empoderador que visa especialmente o sucesso profissional do que as mulheres negras e indígenas. Isso porque, quando inseridas dentro de uma razão de mercado, as mulheres brasileiras brancas possuem melhores índices do que em relação às mulheres negras⁷. A exemplo, as brancas possuem maior escolaridade e estão mais presentes em cargos gerenciais - mais que o dobro (IBGE, 2020).

Nesse mesmo sentido, pessoas brancas também aparecem com melhor desempenho no que tange aos indicadores de rendimento do trabalho, sendo que, entre esse grupo, com faixa etária de 14 a 29 anos, o rendimento médio mensal é de R\$1.687,00, enquanto para a mesma faixa, com relação às pessoas pretas e pardas, o rendimento médio cai para R\$1.220,00. Já na faixa etária de melhor rendimento, qual seja, de 50 a 59 anos para pretos e pardos e de 60 anos ou mais para brancos, a renda média é de R\$1.922,00 e R\$3.714,00, respectivamente. Os melhores índices de trabalhos formais (com registro) também permanecem entre pessoas brancas, independente do nível de escolaridade (IBGE, 2020).

Além de uma perspectiva de educação, trabalho e remuneração melhores para as mulheres brancas, observa-se também que entre os trabalhadores entrevistados que têm como ocupação laboral “serviços domésticos” a ampla maioria está localizada nas categorias de “mulheres” e “pessoas pretas e pardas” (op. cit.)

Levando em consideração os dados apresentados, nos remetemos à velha separação das funções das mulheres brancas e negras dos tempos de Brasil colônia e império, ou seja, ainda que

⁷ Em consulta aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, há uma nota em que se lê: “Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça”. Dessa forma, não existem informações acerca desses grupos, o que dificulta saber sobre a situação de mulheres indígenas. O não-dado é também um dado. (ver <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>).

em posição inferior ao do homem branco patriarca, a mulher branca segue menos subalternizada que a mulher negra, mesmo em um contexto de latinidade.

Se há séculos atrás a função da mulher branca era de parir filhos “legítimos” que seriam os futuros herdeiros do senhor, enquanto que a mulher negra, além de parir crianças classificadas como bens alienáveis, era também vista como animalizada e responsável pela limpeza e manutenção da casa dos senhores, hoje, no Brasil do século XXI, as mulheres brancas, por vezes, saíram do papel de “mulher do lar” para trabalharem fora da residência, mas deixaram para trás as mulheres negras que as substituem, ora como mães (babás), ora como donas de casa (empregada doméstica, cozinheira, etc.). Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2019) nos elucida um pouco mais acerca do papel da mulher negra no centro da “família tradicional brasileira” de antes e de agora:

“Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas.” (GONZALEZ, 2019, online).

“Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra.” (GONZALEZ, 2019, online).

Portanto, em uma realidade ainda muito permeada de questões raciais, coloniais e de precariedade, como a brasileira, o rosto do sucesso, do empoderamento feminino, do lucro e da independência, segue sendo o rosto branco, esse mesmo tão “desejável” para os postos de trabalho que exigem “boa aparência” (GONZALEZ, 2019).

Dessa forma, como já visto em item anterior, o discurso “lacrador” capturado pelas entrelinhas do neoliberalismo não nos apresenta nada de novo, não vislumbra uma mudança estrutural na qual o colonialismo não seja a ordem do dia, pelo contrário, reforça as posições já costumeiramente subalternizadas e historicamente ocupadas pelos corpos negros, indígenas e pobres.

Diferente do que quer fazer parecer o feminismo “globalizado”, irmão gêmeo do feminismo branco e hegemônico, as pautas das mulheres latinas, e em especial, das mulheres negras e indígenas da Latino América, não estão em consonância com as demandas euro-americanas, já que, enquanto as mulheres brancas lutam por melhores salários, menos machismo e mais igualdade de direitos, as não-brancas e pobres ainda reclamam por serem vistas enquanto indivíduos dotadas de dignidade humana.

Diante do exposto e como apontado no título, os nossos problemas são outros e, de maneira infeliz, ainda estranha e incomodamente parecidos com os problemas de 200 anos atrás.

5. CONCLUSÃO

De maneira geral, o presente estudo verificou como se deu a relação entre o nascimento e a estruturação do capitalismo com as formas de exploração, escravidão e desigualdade que ainda

permeiam o contexto latino-americano, ressaltando a quase permanente situação de subalternidade das relações sociais, raciais e de gênero que aqui se dão, bem como o descompasso entre as leituras feministas do norte global com a realidade das mulheres brasileiras.

Logo, o seu desenvolvimento possibilitou compreender os acontecimentos que envolvem a constante precariedade que assombra as mulheres, em especial, as não-brancas e pobres e, além disso, compreender também que as posições ocupadas por essas muito pouco mudaram desde à época do Brasil colonial, já que essa é justamente a forma de racionalidade expropriadora que impera ainda hoje.

Portanto, corroborando as teorizações de autores e autoras latino-americanos e do Sul global, analisou o fenômeno do capitalismo e do neoliberalismo e seus intrínsecos discursos acerca do individualismo, da meritocracia e da universalização de questões, explicitando que nossos problemas não são os mesmos do Norte global e que, por isso, devem ser estudados, analisados e compreendidos de um modo distinto, a partir das vozes que vivenciam ou vivenciaram os termos da subalternidade. Pelo exposto, dada a importância do tema, o presente texto mostrou-se como um pequeno ponto de partida para a análise e desenvolvimento de tantos mais trabalhos que pretendam analisar as feridas abertas da América Latina.

6. REFERÊNCIAS

CASTRO, Susana. “Aposta epistêmica”: o feminismo descolonial de Yuderkis Espinosa Miñoso. *Revista Ideação*, n. 42, jul.-dez, 2020, p.86-93.

COSTA, Joana S.; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. *A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pensamento Feminista: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2020. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARQUES, Victor. O velho está morrendo e o novo sempre vem. In: FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. *Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas*, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.